

A NATUREZA HUMANA: O AGIR COM UMA FINALIDADE OU COMO UM FIM EM SI MESMO

HUMAN NATURE: ACTION WITH A PURPOSE OR AS AN END IN ITSELF

LA NATURALEZA HUMANA: LA ACCIÓN CON FINALIDAD O COMO FIN EN SÍ MISMA

Fábio Antônio Marques Galina¹
Nilson dos Santos Morais²

Resumo

Este trabalho apresenta o conhecimento e a que se destina a ação humana. Consiste em responder se a ação humana tende a uma finalidade, ou possui um fim em si mesma. Essa questão deve-se ao fato de o homem, há muito tempo, preocupar-se com o conhecimento da sua própria natureza, o que implica entender o que é e a finalidade de suas ações. O propósito central deste estudo é investigar se a ação humana tende a uma finalidade, ou possui um fim em si mesma, no pensamento de Aristóteles, Immanuel Kant e de Jean-Paul Sartre. Para isso, empregou-se o procedimento de revisão bibliográfica das obras *Ética a Nicômaco*, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e do opúsculo *O Existencialismo é um Humanismo*. Concluiu-se que, na percepção de Aristóteles, a ação humana tende à felicidade, em Kant à perspectiva de uma finalidade em si mesma voltada para o dever e, em Sartre, a ação humana é fruto da liberdade, visando a sua existência.

Palavras-chave: ação humana; felicidade; dever; existencialismo.

Abstract

This work presents the knowledge and what is the purpose of man's action. It consists in answering whether human action tends to an end, or has an end in itself. This question is because man, for a long time, has been concerned with the knowledge of his nature, which implies understanding what he is and the purpose of his actions. The main purpose of this study is to investigate whether human action tends to an end, or has an end in itself, in the thought of Aristotle, Immanuel Kant and Jean-Paul Sartre. In this regard, we used the procedure of bibliographic review of the works *The Nicomachean Ethics*, *Foundation of the Metaphysics of Morals* and the booklet *Existentialism is a Humanism*. It was concluded that, in the perception of Aristotle, human action tends to happiness, in Kant to the perspective of a purpose in itself oriented towards duty, and, in Sartre, human action is the result of freedom, aiming at its existence.

Keywords: human action; happiness; duty; existentialism.

Resumen

Este trabajo presenta el conocimiento y cuál el propósito de la acción del hombre. Consiste en contestar si la acción humana tiende a una finalidad o si tiene un fin en sí misma. Esta cuestión se debe al hecho de que el hombre, desde hace mucho, se preocupa con el conocimiento de su propia naturaleza, lo que implica entender lo que es y la finalidad de sus acciones. El propósito central de este estudio es investigar si la acción del hombre tiende a una finalidad o si tiene un fin en sí misma, de acuerdo con Aristóteles, Immanuel Kant y Jean-Paul Sartre. Para ello, se utilizó el procedimiento de revisión bibliográfica de las obras *Ética a Nicómaco*, *Fundamentación de la Metafísica de las Costumbres* y del opúsculo *El Existencialismo es un Humanismo*. Se concluye que, en la percepción de Aristóteles, la acción humana tiende a la felicidad, en Kant a la perspectiva de una finalidad en sí misma orientada hacia el deber, y en Sartre, la acción humana es fruto de la libertad, con miras a la existencia.

Palabras-clave: acción humana; felicidad; deber; existencialismo.

¹ Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Internacional – UNINTER. E-mail: fabiogalina@gmail.com.

² Mestre em Educação Tecnológica e Profissional. Professor da área de Humanidade da UNINTER. E-mail: nilson.m@uninter.com.

1 Introdução

Anterior ao conhecimento filosófico, o mito se mostrou como um tipo de saber, um conhecimento obtido através de histórias transmitidas de forma verbal entre gerações, por aqueles que detinham autoridade para isso, como Homero e Hesíodo. Não mais satisfeito com a explicação mitológica (mitos) do mundo e dos fenômenos que se apresentavam, retratados pela cosmogonia (origem do mundo) e pela teogonia (nascimento dos deuses), o homem dá início à investigação sobre a origem do universo e das coisas, através de uma explicação racional e lógica (logos), fundamentada em observações e estudos da realidade.

Para os antigos, o cosmos era ordenado, com cada coisa em seu lugar; com esse entendimento Aristóteles vai compreender a ação humana como o agir de forma mediata, que tem como finalidade a felicidade. Os modernos, como o filósofo iluminista Kant, admitem o cosmos, o universo ou a existência das coisas determinadas por leis naturais; entretanto, o homem, sendo racional, é capaz de aperfeiçoar essas leis e conviver moralmente, por dever. Em outra vertente contemporânea, Sartre defende que a existência é que determina as leis do universo; através da liberdade o homem se constrói.

Nesse sentido, a pesquisa pretende responder à seguinte questão: a ação humana tende a uma finalidade, ou possui um fim em si mesma? Para isso, partimos de uma revisão bibliográfica das obras de Aristóteles, Immanuel Kant e Jean-Paul Sartre.

2 A filosofia e o desejo de conhecer

Conhecer é um desejo da natureza humana, segundo refere Aristóteles (2002), nas primeiras linhas da sua obra *Metafísica*; não obstante, para o filósofo, conhecer demanda mais o ato de questionar do que obter respostas, um caminho em direção à busca da sabedoria. De acordo com Silva (2017, p. 24), “Pode-se afirmar que a filosofia consiste na busca da sabedoria; em outras palavras na busca do conhecimento”.

Tales de Mileto foi considerado o primeiro filósofo; na busca por explicações cosmológicas se volta a investigar a origem de todas as coisas, um elemento ou princípio gerador de tudo, o *Arché*. Podemos entender o *Arché* como um elemento existente em todas as coisas ou um princípio gerador de todas as coisas, que poderia ser um elemento puro, como para Tales de Mileto era a água, ou, como para outros pensadores de seu tempo, que acreditavam em elementos da *Physis*.

A palavra “Filosofia” teria sido utilizada pela primeira vez por Pitágoras de Samos, conforme Laërtios (2008, p. 15): “Entretanto, Pitágoras foi o primeiro a usar o termo e a chamar-

se de filósofo”. Um dos filósofos mais importantes desse período foi Heráclito de Éfeso, quem dizia que o universo está em constante mudança. Ele é o autor da famosa frase que caracteriza bem o seu pensamento: “Um homem não pode se banhar duas vezes no mesmo rio, porque na segunda vez o rio e o homem não serão os mesmos”. A novidade trazida por Heráclito é que nada permanece imóvel e fixo, tudo muda e se transmuta:

E é precisamente isso que Heráclito fez. “Tudo se move”, “tudo escorre” (panta rhei), nada permanece imóvel e fixo tudo muda e se transmuta, sem exceção. Em dois de seus mais famosos fragmentos podemos ler: “Não se pode descer duas vezes no mesmo rio e não se pode tocar duas vezes uma substância mortal no mesmo estado, pois, por causa da impetuosidade e da velocidade da mudança, ela se dispersa e se reúne, vem e vai. [...] Nós descemos e não descemos pelo mesmo rio, nós próprios somos e não somos.” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 23).

Não obstante, foi com Parmênides de Eléia que a cosmologia sofreu um inovador e radical pensamento revolucionário, de acordo com Reale e Antiseri, (2003, p. 33): “no âmbito da filosofia da physis, Parmênides se apresenta como inovador radical e, em certo sentido, como pensador revolucionário”. O elemento de origem, de fundamento das coisas ou do mundo, não pode ser encontrado na sua mutabilidade constante, a mudança seria apenas uma ilusão. Assim seguem Reale e Antiseri (2003, p. 34): “por conseguinte, o ser é também imutável e imóvel, porque tanto a mobilidade quanto a mudança pressupõem um não-ser para o qual deveria se mover ou no qual deveria se transformar”. A essência das coisas só poderá ser captada pelo pensamento com a conhecida frase “O Ser é e o não ser não é”, expressa da seguinte forma “o ser é e o nada, não”, no poema *Sobre a natureza, de Parmênides*:

Há de haver o pensar, o dizer e o ser, pois o ser é e o nada, não. Peço que o peses. Dessa primeira via de exame te afastos, mas também daquela outra em que os néscios mortais deambulam com duas cabeças, guiadas suas mentes errantes pelo imo inepto. Surda e cega, é levada a hesitante e confusa raça, crendo que o ser e o não ser são o mesmo e o não mesmo, e o caminho de tudo regride (BARBIERI, 2020, p. 318).

Já com os sofistas — conforme Reale e Antiseri (2003), “sofista” é um termo que significa “sábio”, “especialista do saber” —, pode-se perceber uma mudança, pois, em prol do seu ofício, ensinavam em troca de pagamento e pensavam de forma retórica, na qual a verdade dependeria da persuasão, a arte de falar bem em público, o que denota a participação no debate público na democracia grega.

Vejamos que a célebre máxima de Protágoras: “o homem é a medida de todas as coisas”, desloca a ligação do homem com a natureza, baseada em um princípio universal, para a centralização do próprio homem, em uma concepção individual de homem, em um caminho antropológico.

E, contudo, o sofista não se detém da unidade do homem, ele acolhe, aliás, acentua, o pluralismo do século do iluminismo; ele não vê apenas o homem, mas vislumbra ainda mais claramente os homens na variedade de seus tipos. Em todo caso, ainda que o desenvolvimento do indivíduo permaneça exterior, a sofística desenvolve-se indubitavelmente na direção da autonomia subjetiva do indivíduo e certamente assim, Protágoras, apesar da expressão geral, encontra-se no caminho que conduz à concepção individual de homem. Protágoras fala do homem em si, mas visa também ao indivíduo, porque ainda não viu conflito em ter os dois. Na verdade, por homem ele entende o sujeito do conhecimento que, sem distinguir se deve ser entendido em sentido geral, individual ou nos dois sentidos o mesmo tempo, ele quer elevar acima dos objetos (UNTERSTEINER, 2012, p. 147).

Esse caminho antropológico se consuma com aquele que foi considerado o mais sábio de todos, que nada escreveu, mas foi retratado por Platão em seus vários diálogos. Sócrates nutria uma crítica aos sofistas, pois discordava da ideia da retórica, da persuasão, como se pode perceber em *O Sofista*:

Estrangeiro — assim, esta arte de contradição que, pela parte irônica de uma arte fundada apenas sobre a opinião, faz parte da mimética e, pelo gênero que produz os simulacros, se prende à arte de criar imagens; esta porção, não divina mas humana, da arte de produção que, possuindo o discurso por domínio próprio, através dele produz suas ilusões, eis aquilo de que podemos dizer “que é a raça e o sangue” do autêntico sofista, afirmando, ao que parece, a pura verdade (PLATÃO, 1983, p. 195).

Defendia que, antes de conhecer a natureza ou persuadir as pessoas, cada um deveria conhecer a si mesmo, daí a referência à famosa frase atribuída a Sócrates, escrita no pórtico do oráculo de Delfos, “conhece-te a ti mesmo”. Uma proposta de caráter universal, ligada à essência do ser humano, de ordem humanista.

Os sofistas passam a atribuir autonomia à natureza humana. Mas o humanismo que formulam apresenta-se vinculado ao ceticismo, à indiferença religiosa e ao relativismo epistemológico. Refletindo outros fundamentos, o humanismo socrático — centralizado no preceito “conhece-te a ti mesmo” — caminha num sentido aparentemente semelhante, mas, na verdade, profundamente diverso (PLATÃO, 1985, p. XX).

Platão, nesse sentido, propondo uma investigação baseada na essência humana, apresenta o conhecimento a partir da dualidade do mundo: um mundo sensível e um mundo inteligível, o primeiro acessível aos sentidos, o segundo pelo intelecto e pela matemática. Defende que a verdade somente poderá ser conhecida — e encontrada a essência das coisas — no que chamou de mundo das ideias. Utiliza a teoria da reminiscência para demonstrar que as ideias existem e são conhecidas pela alma; a alma já conhece a verdade, mesmo antes de ser um ser corpóreo; vem à tona durante a vida, através da lembrança.

Platão é considerado um idealista, como se percebe em Rogue (2005, p. 78), “o idealismo platônico aparece como uma resposta direta aos problemas de unidade e de

multiplicidade que, para Platão, representam a própria forma da contradição que o logos deve resolver”.

Importante ressaltar que os rapsodos e poetas foram muito criticados por Platão, que chegou a propor no livro III da *República* a expulsão dos poetas. O princípio é subordinar a poesia ao pensamento racional. Nessa concepção do mundo das ideias, onde somente se poderia encontrar a verdade de forma racional, acusava os poetas de imitadores e mentirosos, o que estaria bem longe do que entendeu como necessário para a formação racional do cidadão.

Se chegasse à nossa cidade um homem aparentemente capaz, devido à sua arte, de tomar todas as formas e imitar todas as pessoas, ansioso por se exhibir juntamente com os seus poemas, prosternávamos-nos diante dele, como de um ser sagrado, maravilhoso, encantador, mas dir-lhe-íamos que na nossa cidade não há homens dessa espécie, nem sequer é lícito que existam, e mandá-lo-íamos embora para outra cidade, depois de lhe termos derramado mirra sobre a cabeça e de o termos coroado de grinaldas. Mas, para nós, ficaríamos com um poeta e um narrador de histórias mais austero e menos aprazível, tendo em conta a sua utilidade, a fim de que ele imite para nós a fala do homem de bem e se exprime segundo aqueles modelos que de início regulamos quando tentávamos educar os militares (PLATÃO, 2005, p. 124-125).

Em contrapartida, Aristóteles é um realista, com a defesa de que o conhecimento é acessível pelos sentidos, pois nada há no intelecto que não passe pelos sentidos. Conforme Moser e Lopes (2016, p. 59), “Aristóteles é realista, isto é, não aceita explicações baseadas em ideias que existam independentemente do mundo. As ideias são criações mentais, não arquétipos. Os conceitos são frutos da abstração com base nas sensações e nas percepções”.

Em outro período da história da filosofia, a Idade Média, o conhecimento também está ligado à busca da verdade, e a busca da verdade nos remete ao divino. Os desafios de discutir a questão de Deus e a relação entre fé e razão, inclusive buscando provas racionais de existência de Deus, tomou conta dos pensadores da Idade Média (LACERDA, 2018).

Na filosofia contemporânea, aparecem pensadores como Jean-Paul Sartre, que baseia seu sistema filosófico em uma concepção de homem de forma diversa. Explica que, durante muito tempo, o homem foi entendido como uma concepção, uma criação de Deus.

Ao concebermos um Deus criador, esse Deus é identificado, na maioria das vezes, a um artesão superior; e qualquer que seja a doutrina que consideremos, quer se trate de uma doutrina como a de Descartes, quer se trate de uma doutrina como a de Leibniz, nós admitimos sempre que a vontade segue mais ou menos o entendimento ou, pelo menos, o acompanha, e que Deus, quando cria, sabe precisamente o que cria. Assim, o conceito de homem, no espírito de Deus, é assimilável ao conceito de corta-papel, no espírito do artesão; e Deus produz o homem segundo técnicas e uma concepção, exatamente como o artesão fabrica um cortapapel segundo uma definição e uma técnica (SARTRE, 2009, p. 619).

Entretanto, no seu existencialismo, o homem é o projeto que fizer de si mesmo; assim, Deus não é uma questão relevante, pois não há nada que preceda o homem senão a sua própria existência. Por conseguinte, o conhecimento parece fazer parte da natureza humana e irá, em algum momento, buscar respostas sobre a própria natureza do homem e suas ações. Nesta vereda, podemos seguir na abordagem das principais ideias sobre a ação humana e sua finalidade, compreendida por Aristóteles, Kant e Sartre.

3 Aristóteles: predisposição de potência para se transformar em ato. Uma ação com o fim na felicidade?

Importante compreender que a filosofia na Grécia antiga estava intimamente ligada às questões éticas. Para Aristóteles, a Ética está inserida no grupo das ciências práticas, junto com a Política, que se destinam a um fim. Toda a ação e toda a escolha visam um bem qualquer, segundo Aristóteles (1973, p. 249), “Admite-se geralmente que toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem”.

Por que falar em um fim? Podemos entender que para Aristóteles o bem é o fim ao que as coisas tendem; há algumas coisas que têm um fim com vista a outra coisa, mas existem coisas que não visam outra coisa e, para que esse fim não se repita ao infinito, ele será o bem, ou melhor, o que chamou de Sumo Bem.

Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; e se é verdade que nem toda coisa desejamos com vistas em outra (porque, então, o processo se repetiria ao infinito, e inútil e vão seria o nosso desejar), evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem (ARISTÓTELES, 1973, p. 249).

Dessa forma, definiu que o fim, ou bem, ou melhor, o sumo bem é a felicidade, e identificou o bem viver e o bem agir com o ser feliz. Como o homem é um ser racional, que vive e convive, e para isso precisa agir de forma adequada, a ação é que conduz o homem à felicidade. Para Aristóteles, a felicidade depende do agir bem e do viver bem, ou seja, da virtude, uma espécie de sabedoria prática.

Outra crença que se harmoniza com a nossa concepção é a de que o homem feliz vive bem e age bem; pois definimos praticamente a felicidade como uma espécie de boa vida e boa ação. As características que se costuma buscar na felicidade também parecem pertencer todas à definição que demos dela. Com efeito, alguns identificam a felicidade com a virtude, outros com a sabedoria prática, outros com uma espécie de sabedoria filosófica, outros com estas, ou uma destas, acompanhadas ou não de prazer;

e outros ainda também incluem a prosperidade exterior (ARISTÓTELES, 1973, p. 257).

Nesse raciocínio, identificou a felicidade com a virtude; podemos, então, compreender que a felicidade ou virtude é a excelência ou a plenitude da realização de uma disposição de caráter.

Não basta, contudo, definir a virtude como uma disposição de caráter; cumpre dizer que espécie de disposição é ela. Observemos, pois, que toda virtude ou excelência não só coloca em boa condição a coisa de que é a excelência como também faz com que a função dessa coisa seja bem desempenhada (ARISTÓTELES, 1973, p. 272).

Pois bem, mas de onde vem essa disposição de caráter? Para explicar isso, Aristóteles assume a existência da alma e nela estão as paixões, as faculdades e a disposição de caráter, por natureza em potência para se tornar ato, como ele mesmo explica.

Devemos considerar agora o que é a virtude. Visto que na alma se encontram três espécies de coisas — paixões, faculdades e disposições de caráter—, a virtude deve pertencer a uma destas. Por paixões entendo os apetites, a cólera, o medo, a audácia, a inveja, a alegria, a amizade, o ódio, o desejo, a emulação, a compaixão, e em geral os sentimentos que são acompanhados de prazer ou dor; por faculdades, as coisas em virtude das quais se diz que somos capazes de sentir tudo isso, ou seja, de nos irmos, de magoar-nos ou compadecer-nos; por disposições de caráter, as coisas em virtude das quais nossa posição com referência às paixões é boa ou má. Por exemplo, com referência à cólera, nossa posição é má se a sentimos de modo violento ou demasiado fraco, e boa se a sentimos moderadamente; e da mesma forma no que se relaciona com as outras paixões (ARISTÓTELES, 1973, p. 271).

Interessante e esclarecedor no pensamento aristotélico é que na alma residem todas as expressões humanas, como os sentimentos, emoções, medo, angústia e tantas outras; ao mesmo tempo, ali reside a faculdade de sentir essas expressões, com um grau maior ou menor de intensidade. Ainda, em uma terceira parte da alma, está a disposição de caráter, uma capacidade de reflexão e julgamento da nossa posição, se boa ou não em relação às referidas expressões. Também, as virtudes se encontram na alma, mas em potência; chegarão em ato através do hábito.

Não é, pois, por natureza, nem contrariando a natureza que as virtudes se geram em nós. Diga-se, antes, que somos adaptados por natureza a recebê-las e nos tomamos perfeitos pelo hábito. Por outro lado, de todas as coisas que nos vêm por natureza, primeiro adquirimos a potência e mais tarde exteriorizamos os atos (ARISTÓTELES, 1973, p. 267).

Assim, em Aristóteles, a natureza do homem está ligada à sua alma, onde, tanto as paixões, as faculdades, como a disposição de caráter existem em Potência para se tornar em Ato

(Excelência). Isso ocorre através da Virtude Intelectual (Sabedoria, Prudência) que se desenvolve mediante o ensino e precisa de tempo, bem como da Virtude Moral, que se torna perfeita pelo hábito. Assim, a ação humana ou o agir bem (justa medida) tem como finalidade chegar à Eudaimonia (o que hoje traduzimos, de forma incompleta, como felicidade).

4 Kant – uma boa vontade, em uma máxima universal que sirva para todos. Uma ação por dever, com fim em si mesma?

Kant entende que todo conhecimento humano tem origem nos sentidos, contudo, o homem possui uma razão inata, ou uma *razão pura*, que interpreta os dados empíricos. Assim, compreende o homem como um ser racional.

As leis morais com seus princípios, em todo conhecimento prático, distinguem-se portanto de tudo o mais em que exista qualquer coisa de empírico, e não só se distinguem essencialmente, como também toda a Filosofia moral assenta inteiramente na sua parte pura, e, aplicada ao homem, não recebe um mínimo que seja do conhecimento do homem (Antropologia), mas fornece-lhe como ser racional leis a priori (KANT, 2007, p. 16).

Classificado como racionalista, segundo Figueiredo (2005, p. 21), “Kant permanece sendo um racionalista. É em nome da razão que o tribunal da crítica é instituído”. A razão é a faculdade que nos fornece os princípios do conhecimento a priori.

De tudo isso se segue, assim, a ideia de uma ciência particular que pode denominar-se crítica da razão pura. Pois a razão é a faculdade que fornece os princípios do conhecimento a priori (KANT, 2015, p. 59).

Defende uma diferença essencial entre o homem e a natureza; enquanto a natureza opera mecanicamente de acordo com leis necessárias de causa e efeito, o homem é dotado de liberdade e razão. Conforme Silva, referindo-se à *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (KANT, 2006),

Dessa forma, entende-se, segundo a interpretação semântica, que a *natureza humana* é o domínio sensível que satisfaz e torna possível a aplicação da moralidade e da perspectiva antropológica pragmática. O ser humano é o único ser racional sensível capaz do aperfeiçoamento moral de forma pragmática, isto é, uma autoprodução moral via “aquilo que pode ou deve fazer de si mesmo” (cf. Kant, 2006, p. 119) (SILVA, 2015, p. 17).

Para Kant, a razão possibilita um agir com um fim em si mesmo, através da ideia de uma vontade absolutamente boa, o que chamou de boa vontade. Segundo Kant (2007, p. 81), “A natureza racional distingue-se das restantes por se pôr a si mesma um fim. Este fim seria a

matéria de toda a boa vontade”. Para tanto, conceitua a boa vontade como um discernimento, argúcia de espírito, capacidade de julgar, ou seja, um uso racional dos dons naturais.

Neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade. Discernimento (1), argúcia de espírito (2), capacidade de julgar (3) e como quer que possam chamar-se os demais talentos do espírito, ou ainda coragem, decisão, constância de propósito, como qualidades do temperamento, são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso se chama carácter, não for boa (KANT, 2007, p. 21-22)

Contrapondo a ideia dos antigos, os quais pensavam que o agir com prudência, moderação nas emoções e paixões de autodomínio seriam boas ações que levariam o homem à felicidade, para Kant, nada disso seria suficiente sem boa vontade. Portanto diverge da ideia aristotélica de uma disposição, ou potência em vista de se tornar ato — e daí ser considerada uma ação boa, ou um bem agir. Pois o agir bem é a boa vontade, é a ação nela mesma.

Moderação nas emoções e paixões, autodomínio e calma reflexão são não somente boas a muitos respeitos, mas parecem constituir até parte do valor íntimo da pessoa; mas falta ainda muito para as podermos declarar boas sem reserva (ainda que os antigos as louvassem incondicionalmente). Com efeito, sem os princípios duma boa vontade, podem elas tornar-se muitíssimo más, e o sangue--frio dum facínora não só // o torna muito mais perigoso como o faz também imediatamente mais abominável ainda a nossos olhos do que o julgaríamos sem isso (KANT, 2007, p. 22).

Como o valor moral da ação não reside nos seus efeitos, mas nela mesma, Kant propõe uma máxima: “Uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina.” (KANT, 2007, p. 30). Tal máxima ficou consubstanciada no que chamou de imperativo categórico: “O imperativo categórico seria aquele que nos representasse uma ação como objetivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade.” (KANT, 2007, p. 50).

O agir na boa vontade não é uma ação por inclinação, por emoção ou por desejo, mas um agir por dever; para isso, introduz na ideia de boa vontade o conceito do dever. Segundo Kant (2007, p. 26), “o conceito do Dever que contém em si o de boa vontade”. Consequentemente, toda ação praticada por dever possui conteúdo moral.

Eu afirmo porém que neste caso uma tal acção, por conforme ao dever, por amável que ela seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral, mas vai emparelhar com outras inclinações, por exemplo o amor das honras que, quando por feliz acaso topa aquilo que efectivamente é de interesse geral e conforme ao dever, é consequentemente honroso e merece louvor e estímulo, mas não estima; pois à sua máxima falta o conteúdo moral que manda que tais acções se pratiquem, não por inclinação, mas por dever (KANT, 2007, p. 28).

Assim, o dever é algo que deve valer para toda e qualquer ação moral, com base no imperativo categórico, isto é, deve proceder sempre em conformidade apenas com a máxima que possas querer que se torne uma lei universal (KANT, 2007).

Vale ressaltar que, para Kant, há um mal moral que é inseparável da natureza, como algo destrutivo de si mesmo, carente de organização, de maneira que é necessário que essa natureza dê lugar, mesmo que em um processo lento, para um princípio moral regulado pela razão.

O mal moral tem a qualidade inseparável de sua natureza que ele é, em suas intenções (sobretudo com relação a outros intencionados de modo igual), contrário e destruidor de si mesmo, e assim dá lugar ao princípio (moral) do bem, ainda que por um lento progresso (KANT, 2008, p. 72).

O que nos remete ao texto *Lições de Antropologia*, onde o filósofo considera a existência de representações obscuras na alma, ou seja, aquilo que não nos é consciente. Segundo Kant (apud SILVA, 2016, p. 297), “As representações obscuras contêm a mola secreta daquilo que ocorre na claridade, e por isso temos de as considerar. Representações obscuras são aquelas de que não se está consciente [...] A alma humana age em grande parte na obscuridade”.

Dessa forma, Kant entende que impulsos da natureza envolvem na alma do ser humano obstáculos e forças que se opõem ao seu cumprimento do dever, entretanto o homem tem que considerar que é capaz de resistir e subjugar a sua naturalidade pela razão, por conseguinte fazer o que a lei lhe diz incondicionalmente que ele deve fazer (KANT, 2003).

Assim, podemos entender que, diferentemente de Aristóteles — que via a natureza humana ligada à alma com emoções, paixões e disposição de caráter em potência para se transformar em ato, tendo como fim a felicidade —, para Kant a natureza humana está ligada à alma, mas com impulsos, emoções e sentimentos de toda ordem, ávidos de prazeres insaciáveis; entretanto, o homem é o um animal racional capaz de aperfeiçoamento moral como finalidade do dever, ou seja, uma ação que vale por ela mesma, através da boa vontade e do imperativo categórico, como algo universal, em uma máxima que sirva para todos.

5 Sartre - um existencialismo a partir do nada. Uma ação em vista da existência?

Jean-Paul Sartre tem na sua filosofia, como pilar, a liberdade e a existência; cabe-nos então entender esses conceitos. Em sua obra *O Ser e o Nada*, Sartre faz a famosa afirmação “De fato, somos uma liberdade que escolhe, mas não escolhemos ser livres: estamos condenados à liberdade” (SARTRE, 2011, p. 597).

Mas o que seria a liberdade para Sartre? Na mesma obra ele reflete sobre o tema, começando pelo que a liberdade não é. Diz que liberdade não é uma faculdade da alma, não é uma propriedade, nem uma infraestrutura da consciência; afirma que a liberdade precede a essência: “A liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade” e continua “O homem não é primeiro para ser livre depois.” (SARTRE, 2011, p. 68).

Portanto, a liberdade é o próprio ser humano, é ontológica, absoluta, indissociável mesmo do que é o para-si, conforme Sartre (2011, p. 72): “A liberdade é o ser humano colocando seu passado fora de circuito e segregando seu próprio nada”. É o próprio passado e o próprio devir a partir do nada; assim, não existe natureza humana, o homem é tão somente, ou seja, ele é o que é. Diferentemente de Aristóteles e Kant, Sartre define o ser do homem na medida em que condiciona a aparição do nada, um ser que aparece como liberdade.

O homem, tal como o existencialista o concebe, se não é definível, é porque de início ele não é nada. Ele só será em seguida, e será como se tiver feito. Assim, não há natureza humana, pois não há Deus para concebê-la. O homem é não apenas tal como ele se concebe, mas como ele se quer, e como ele se concebe depois da existência, como ele se quer depois desse impulso para a existência, o homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo. Tal é o primeiro princípio do existencialismo (SARTRE, 2009, p. 619-620).

O que ele faz é substitui a natureza humana por uma condição humana. “Além disso, se é impossível encontrar em cada homem uma essência universal que seria a natureza humana, existe, entretanto, uma universalidade humana de condição” (SARTRE, 2009, p. 632).

Sem uma natureza humana, a existência é a consciência de existir, de onde implicará a sua essência. De acordo com Sartre (2011, p. 27) “[...] a consciência não é possível antes de ser posto que seu ser é fonte e condição de toda possibilidade, é sua existência que implica sua essência [...]”. Portanto, não existe nada que o obrigue a agir de um ou outro jeito, a ação humana é fruto da liberdade, visando a própria existência.

Contrário ao pensamento tanto de Aristóteles quando de Kant, percebemos que Sartre não concebe uma essência universal no homem, cada um é singular; nada é inerente, anímico ou alguma disposição imanente, tanto que fala de condição humana em vez de natureza humana. A partir dessa condição humana, dessa existência, que se dá pela liberdade, é que o homem vai se tornando algo que passa a ser uma essência. Podemos compreender que, para Sartre, não há uma natureza humana, e sim uma condição, na qual a existência é a consciência de existir e de onde implicará a sua essência. Sendo a liberdade uma condição da existência humana, o homem não está pronto; o agir humano tem com finalidade a sua própria construção.

6 Metodologia

Esse estudo foi fundamentado a partir de revisão bibliográfica no campo da filosofia antiga, moderna e contemporânea, com análise de cunho qualitativo, buscando responder o questionamento: A ação humana tende a uma finalidade ou possui um fim em si mesma?

A pesquisa bibliográfica contribuiu para localizar como as pesquisas trataram, analisaram e discutiram os textos clássicos da tradição filosófica e das ciências humanas.

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

7 Considerações finais

Por fim, com a realização do presente estudo, buscamos responder se a ação humana tende a uma finalidade, ou possui um fim em si mesma. Assim sendo, podemos dizer que, para Aristóteles o conhecimento faz parte da natureza humana e está ligado à alma, onde residem tanto as paixões, as faculdades, como a disposição de caráter; existem em potência para se tornar em ato (Excelência), assim tornando-se e atingindo o fim último que é a felicidade.

Em Kant, a natureza humana está ligada à alma, mas com emoções e sentimentos de toda a ordem, ávidos de prazeres insaciáveis, com impulsos geradores de forças e obstáculos que se opõem ao dever. Entretanto, o homem é um animal racional, capaz de aperfeiçoamento moral; a ação humana vale por ela mesma, tem como finalidade o cumprimento do dever, através da boa vontade e de um imperativo categórico, como algo universal, uma máxima que serve para todos.

Sartre entende que, diante de uma alma inexistente, não existe a natureza humana, mas somente uma condição humana; a liberdade é uma condição desta existência humana, assim a ação humana é fruto da liberdade visando a sua existência.

Portanto, as diversas vozes do pensamento filosófico ou da tradição filosófica não apresentam uma conclusão definitiva sobre a natureza ou essência humana, o que garante e fortalece o campo da filosofia, pois os questionamentos filosóficos das ciências humanas diferem dos resultados quantitativos e conclusivos das ciências exatas.

Referências

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. **Tópicos - Dos Argumentos Sofísticos - Metafísica - Ética a Nicômaco – Poética**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

BARBIERI, Pedro. Sobre a natureza, de Parmênides de Eléia. **Clássica**, v. 33, n. 1, p. 311-325, 2020.

CAES, Valdinei. **Tópicos especiais da filosofia contemporânea**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.

FIGUEIREDO, Vinicius de. **Kant e a Crítica da Razão Pura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2003. (Série Clássicos).

KANT, Immanuel. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Editora Iluminuras, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Título original: *Grundlegung zur Metaphysic der Sitten*. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua**. Tradução Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAËRTIOS, Diógenes. **Vida e doutrinas dos filósofos ilustres**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

LACERDA, Tiago. **Deus como problema filosófico na Idade Média**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimento metodológico na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MOSER, Alvino; LOPES, Luis Fernando. **Para compreender a teoria do conhecimento**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PLATÃO. **O Banquete - Fédon – Sofista – Político**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

PLATÃO. **Defesa de Sócrates / Platão. Ditos e feitos e moráveis de Sócrates; Apologia de Sócrates / Xenofonte. As nuvens / Aristófanes**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

PLATÃO. **República**. Tradução e nota de Maria Helena da Rocha Pereira, 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: filosofia pagã antiga. Tradução Ivo Storniolo. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2003. v. 1.
- ROGUE, Christophe. **Compreender Platão**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**. Ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigo. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. *In*: MARÇAL, Jairo (org.). **Antologia de Textos Filosóficos**. Curitiba: SEED-Pr., 2009.
- SILVA, Fabiano Queiroz da. **A natureza humana em Kant**. 2015. 100 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – UNICAMP, Campinas, 2015.
- SILVA, Fernando M.F. As representações obscuras. Lições de antropologia de Immanuel Kant. **Con-textos Kantianos**, Madri, v. 4, p. 296-304, nov. 2016.
- SILVA, Roseane Almeida da. **Caminhos da filosofia**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- UNTERSTEINER, Mario. **A obra dos sofistas**. Uma interpretação filosófica. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2012. (Coleção Philosophica – coordenada por Rachel Gazolla).